Número e nome (opcional) da chapa:	*Coordenador(a) e Substituto/a:*	*Curso:*	*Proposta Programática (por ordem de inscrição):*
1	Sara Alves Feitosa Alciane Nolibos Baccin	Jornalismo	Gestão participativa e aproximação com os estudantes Fortalecimento da relação entre Coordenação e Corpo Discente em parceria com o DAJOR. Apoio e coorganização de eventos: Apoiar as semanas acadêmicas, recepção de calouros e eventos promovidos pelo DAJOR, cedendo espaço institucional e auxílio logístico. Conexão com o mercado, extensão e profissionais de comunicação Criação de espaços de interlocução e networking entre a comunidade acadêmica e o mercado. Inovação pedagógica e ecossistema em transformação Formação antenada às transformações tecnológicas, sem perder a crítica e a ética. Ética, cidadania e direitos humanos Posicionamento institucional comprometido com a responsabilidade social do jornalismo. Apoiar a submissão de projetos discentes a eventos científicos (como o Intercom) e a premiações de direitos humanos.
1	Carmen Regina Abreu Gonçalves Elisa Lübeck	Relações Públicas	- Compromisso com ensino, pesquisa, inovação, extensão e gestão; - Manter a qualidade do ensino, pesquisa e extensão no curso de Relações Públicas da Unipampa Campus São Borja; - Realizar as atividades de gestão do curso, conforme estipulado no Projeto Pedagógico e regimentos estabelecidos pela Comissão de Curso de Relações Públicas; - Representar o curso perante à Unipampa e outras instâncias que se fizerem necessárias; - Promover o diálogo entre docentes e discentes, acolhendo as demandas e necessidades de ambas categorias.
1 - HUMANIDADES EDUCADORA	Muriel Pinto Anderson Romário Pereira Correa	Licenciatura em Ciências Humanas	plano será enviado pelo e-mail da cel [em anexo]
1	Aline Amaral Paz João Antônio Gomes Pereira	Comunicação Social – Publicidade e Propaganda	Será enviado no e-mail o arquivo em PDF com a proposta programática. [em anexo]
1 - Construção, participação e defesa da qualidade da formação profissional	Jorge Alexandre da Silva José Wesley Ferreira	Serviço Social	Enviado [em anexo]

Nome do/a candidato/a:	*Representante discente no/a:*	*Manifestação de Compromissos (por ordem de inscrição):*
Eduardo Reis Cosentino	Conselho de *Campus*	Comprometo-me a representar os estudantes do Campus São Borja com responsabilidade, diálogo e transparência, buscando ouvir suas demandas e defender seus interesses junto ao Conselho de Campus. Assumo o compromisso de manter uma atuação próxima aos discentes, fortalecendo a participação estudantil nos espaços de decisão e contribuindo para o desenvolvimento do nosso Campus e da Unipampa.
Joyce Aline Quadros da Cruz	Comissão do Curso de Serviço Social	Prezados(as/es) Venho através deste apresentar formalmente minha Manifestação de Compromissos para concorrer à representação discente na Comissão do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) - Campus São Borja. Minha atuação neste importante orgão colegiado será pautada, intrinsecamente, pelos princípios fundamentais do Projeto Ético-Político do Serviço Social. Entendo que a representação discente não é um cargo figurativo, mas um instrumento legítimo de luta, defesa de direitos e de dar voz ativa aos estudantes nos espaços de decisão e construção da nossa universidade. Comprometo-me, perante ao corpo discente, a assumir e defender as seguintes posições e pautas no âmbito da Comissão de Curso: 1- Defesa intransigente da qualidade do ensino e formação crítica Posicionar-me firmemente pela manutenção e aprimoramento de um currículo que contemple os fundamentos históricos, teóricos e metodológicos do Serviço Social, combatendo o produtivismo acadêmico e defendendo uma formação laica, presencial e de excelência, conectada à realidade da classe trabalhadora. 2- Luta pela permanência estudantil Defender ativamente as políticas de assistência estudantil nas discussões do curso, compreendendo que o acesso à universidade pública só se efetiva plenamente quando há condições materiais. psicológicas e pedagógicas para a permanência e conclusão do curso por parte dos estudantes. 3- Gestão democrática, diálogo e transparência Atuar como uma parte real e efetiva entre a Comissão de Curso e os estudantes. Comprometo-me a realizar escutas ativas, dialogar de forma constante com o Diretório Acadêmico e participar de assembleias estudantis para levar os anseios da base, além de repassar as pautas e decisões da comissão com total transparência. 4- Combate a todas as formas de opressão Orientar minhas falas, propostas e votos na comissão a partir de uma perspectiva anticapacitista, antirracista, antimachista e anti-LGBTQIA+fóbica, garantindo que a prática universitária esteja perfeitamente alinhada aos valores de liberdade e equidade expressos no nosso Código de Ética. Assumir essa representação é renovar o compromisso com uma universidade, pública, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada. Coloco meu nome e minha dedicação à disposição para construirmos, coletivamente, um curso de Serviço Social cada vez mais forte e democrático. Cordialmente, Joyce Quadros

Nome do/a candidato/a:	*Representante discente no/a:*	*Manifestação de Compromissos (por ordem de inscrição):*
Camili Rodrigues Lyrio.	Comissão Local de Pesquisa, Conselho de *Campus*, Conselho do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas	Conselho do PPGPP: Como atual representante discente do PPGPP, reafirmo meu compromisso com a participação estudantil e com a construção coletiva do Programa. Minha experiência na representação tem me permitido acompanhar as demandas dos discentes e contribuir para o diálogo entre estudantes, docentes e a coordenação. Comprometo-me a continuar atuando de forma responsável, democrática e transparente, buscando representar as diferentes demandas do corpo discente e contribuir para o fortalecimento do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas. Conselho de Campus: Coloco novamente minha experiência à disposição da comunidade acadêmica para atuar como representante discente no Conselho de Campus. Durante minha graduação em Ciências Sociais – Ciência Política, já tive a oportunidade de exercer representação nesse espaço, experiência que contribuiu para minha formação e para a compreensão dos processos institucionais da Universidade. Atualmente, como discente do Mestrado em Políticas Públicas, comprometo-me a exercer a representação com responsabilidade, diálogo e transparência, levando as demandas dos estudantes ao Conselho e contribuindo para a construção coletiva das decisões que envolvem a comunidade acadêmica. Comissão Local de Pesquisa: Comprometo-me a atuar na Comissão Local de Pesquisa de forma responsável e participativa, contribuindo para o fortalecimento da pesquisa no Campus e para a representação dos interesses dos discentes. Como estudante do Mestrado em Políticas Públicas e integrante da comunidade acadêmica da UNIPAMPA, pretendo contribuir para o diálogo entre estudantes e os espaços institucionais de pesquisa, acompanhando as demandas da comunidade discente e colaborando para a construção de iniciativas que valorizem e ampliem as oportunidades de pesquisa e formação acadêmica.
Endriw Siqueira Martins	Comissão do Curso de Ciências Sociais - Ciência Política	Manifestação de Compromissos foi enviada em arquivo PDF para o e-mail cel. saoborja@unipampa.edu.br através do e-mail endriwmartins.aluno@unipampa.edu.br [em anexo]
Breno da Rocha Sanchotene	Comissão do Curso de Comunicação Social - Publicidade e Propaganda	Comprometo-me a representar os estudantes de forma responsável e transparente, ouvindo suas demandas, sugestões e necessidades e buscando encaminhá-las junto às instâncias competentes da Universidade. Também me comprometo a manter os discentes informados sobre assuntos relacionados à representação e participar ativamente das discussões, sempre priorizando o diálogo e os interesses coletivos dos estudantes.
Isabelly Conhe de Sousa	Comissão do Curso de Comunicação Social - Publicidade e Propaganda	Gostaria de participar da Comissão do Curso de Publicidade e Propaganda, pois acredito que fazer parte da representação discente é importante para levar as nossas pautas a quem pode contribuir com a melhoria do curso. Sou caloura e acabei de entrar no segundo semestre, mas acredito que essa também será uma oportunidade de aprender mais sobre a universidade e contribuir de forma responsável. Meu compromisso é ouvir os alunos, participar das reuniões da comissão e manter um diálogo transparente e respeitoso entre a turma e os professores, fortalecendo esse vínculo e colaborando para o crescimento do nosso curso.
JOÃO VITOR POMMER	Conselho de *Campus*	Sou João Vitor Pommer, estudante de Relações Públicas e calouro da UNIPAMPA – Campus São Borja. Mesmo no meu primeiro ano de universidade, escolhi participar ativamente da construção da nossa comunidade acadêmica, estando presente em diferentes movimentos e iniciativas estudantis. Atualmente, também estou envolvido na retomada do movimento estudantil no Campus São Borja, contribuindo para mobilizações e manifestações que reafirmam que os estudantes precisam ocupar e participar dos espaços de decisão da universidade. Como representante discente, assumo o compromisso de ouvir, dialogar e levar as demandas, ideias e reivindicações dos estudantes do Campus São Borja aos espaços institucionais que também nos pertencem. Quero representar não apenas a minha voz, mas construir, junto aos estudantes, uma representação participativa, transparente e presente.
Tomas Pietro Pereira Lago	Comissão do Curso de Direito	Eu, Tomas Pietro Pereira Lago, assumo o compromisso de representar os discentes do curso de Direito da Universidade Federal do Pampa, campus São Borja, com ética, responsabilidade e seriedade, atuando na defesa dos interesses coletivos e na busca por melhorias para a comunidade acadêmica.

Nome do/a candidato/a:	*Representante discente no/a:*	*Manifestação de Compromissos (por ordem de inscrição):*
Eduardo Reis Cosentino	Comissão do Curso de Jornalismo	Comprometo-me a representar os estudantes com responsabilidade, diálogo e transparência, buscando ouvir suas demandas e defender seus interesses nos espaços de decisão. Assumo o compromisso de manter uma atuação próxima aos discentes, fortalecendo a participação estudantil, contribuindo para a melhoria do curso e buscando ampliar o diálogo entre estudantes, docentes e a Universidade.
Tomas Pietro Pereira Lago	Comitê Local de Avaliação	Eu, Tomas Pietro Pereira Lago, assumo o compromisso de representar os discentes no Comitê Local de Avaliação da Universidade Federal do Pampa, campus São Borja, com ética, responsabilidade e seriedade, defendendo os interesses coletivos e contribuindo para o aprimoramento dos processos de avaliação institucional.
Luiza De Zorzi Padilha	Comissão do Curso de Direito, Comissão Local de Pesquisa, Conselho de *Campus*	Eleições para Representação Discente Candidata: Luiza De Zorzi Padilha Curso: Bacharelado em Direito (6º Semestre) Representações Pretendidas: Representante Discente no Conselho de Campus Representante Discente na Comissão do Curso de Direito Representante Discente na Comissão Local de Pesquisa 1. Apresentação Apresento minha candidatura para a representação discente na Universidade Federal do Pampa Unipampa — Campus São Borja, movida pelo propósito de contribuir ativamente para o fortalecimento da nossa universidade pública, democrática e de qualidade. Como discente do 6º semestre do curso de Bacharelado em Direito, vivencio diariamente os desafios da rotina universitária e reconheço a importância de uma representação estudantil qualificada, presente e comprometida nos órgãos deliberativos e consultivos da nossa instituição. 2. Trajetória e Atuação Acadêmica A minha vivência universitária une o aprendizado em sala de aula à prática constante no ensino, na pesquisa e na extensão: Atuo como bolsista de pesquisa CNPq-AF no projeto enCINE Direito e integro o Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão Fronteiras do Direito - GFronte. Essas experiências contribuem para a construção de uma visão crítica e propositiva acerca dos processos de ensino-aprendizagem e do aprimoramento da formação jurídica. Além disso, possibilitam o desenvolvimento de pesquisas científicas e ações extensionistas voltadas às demandas jurídicas e sociais da região fronteiriça. Essa trajetória acadêmica fortalece minha capacidade de diálogo, escuta e participação construtiva junto a estudantes, docentes e técnicos administrativos nos diferentes espaços colegiados da universidade. 3. Compromissos Específicos por Órgão Colegiado A. No Conselho de Campus Representatividade e Voz Discente: Levar as demandas gerais dos estudantes às decisões estratégicas e administrativas do campus de forma firme e fundamentada. Defesa da Infraestrutura e Permanência: Zelar pelas políticas de assistência estudantil, manutenção dos espaços acadêmicos e fortalecimento da vivência universitária em São Borja. B. Na Comissão do Curso de Direito Aprimoramento Acadêmico: Acompanhar as pautas pedagógicas, turmas e rotinas do curso de Direito, promovendo a articulação entre discentes e corpo docente. Acolhimento e Escuta Ativa: Criar canais diretos de comunicação com os colegas do curso para encaminhar dúvidas, sugestões e demandas de melhoria curricular e organizacional. C. Na Comissão Local de Pesquisa Incentivo à Iniciação Científica: Utilizar a experiência acumulada como bolsista CNPq-AF e pesquisadora do GFronte para propor estratégias que ampliem o acesso dos discentes de graduação aos projetos e bolsas de pesquisa. Valorização da Produção Científica da Fronteira: Apoiar pautas que estimulem a divulgação científica, eventos acadêmicos e a integração entre pesquisa e extensão no campus. 4. Compromissos Gerais com a Comunidade Discente Assumo publicamente os compromissos de assiduidade, transparência nas deliberações, prestação de contas periódica aos colegas e defesa incondicional dos direitos dos estudantes. Reafirmo meu empenho em trabalhar coletivamente por uma Unipampa cada vez mais inclusiva, participativa e cientificamente fortalecida.

Nome do/a candidato/a:	*Representante discente no/a:*	*Manifestação de Compromissos (por ordem de inscrição):*
Camile Correa da Silva	Comissão do Curso de Ciências Sociais - Ciência Política	Eu, Camile Correa, em cumprimento ao art. 13 da Resolução nº 09/2010/CONSUNI, manifesto meu compromisso, caso eleita, de exercer a função de representação com ética, transparência, assiduidade e responsabilidade. Comprometo-me a representar os interesses coletivos dos discentes, participar ativamente das reuniões, dar ampla publicidade às deliberações do Conselho e atuar em defesa da qualidade acadêmica, da democracia universitária e dos princípios da UNIPAMPA. São Borja, 21 de outubro de 2026.
Júlio Cesar Santana Cruz	Comissão do Curso de Ciências Sociais - Ciência Política	Eu, Júlio César Santana Cruz, matrícula nº 2510100507, discente regularmente matriculado no curso de Ciências Sociais – Ciência Política da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), venho, por meio desta, formalizar minha candidatura à função de representante discente junto à Comissão do Curso de Ciências Sociais – Ciência Política, assumindo o compromisso de exercer a referida função em conformidade com os princípios que orientam a atuação institucional e a representação acadêmica. No exercício dessa função, comprometo-me a: I – Representar os interesses discentes: atuar de maneira responsável e institucional, assegurando o encaminhamento das demandas, sugestões e proposições dos estudantes aos espaços competentes, com observância dos princípios da legitimidade representativa e do interesse coletivo. II – Participar das atividades colegiadas: comparecer às reuniões e demais atividades relacionadas à representação, acompanhando as pautas e os assuntos de interesse do curso, a fim de contribuir de forma qualificada para as discussões e deliberações da Comissão. III – Promover o diálogo institucional: contribuir para o fortalecimento das relações entre discentes, docentes e técnicos administrativos, pautando minha atuação pelo respeito mútuo, pela pluralidade de ideias e pela construção coletiva de encaminhamentos. IV – Zelar pela transparência e pela comunicação: manter os discentes informados acerca dos assuntos pertinentes à representação e dos encaminhamentos institucionais, respeitados os limites normativos aplicáveis, de modo a fortalecer a participação estudantil e a confiança no processo representativo. V – Observar as normas e os princípios institucionais: orientar minha atuação pelo cumprimento do Estatuto, do Regimento Geral, das resoluções e das demais normas vigentes da UNIPAMPA, observando os princípios da legalidade, da ética, da impessoalidade, da responsabilidade e do respeito à comunidade universitária. VI – Contribuir para o aprimoramento acadêmico: colaborar com as discussões e iniciativas voltadas à qualificação do curso, à melhoria dos processos acadêmicos e ao fortalecimento da participação discente nas instâncias institucionais, sempre em consonância com as competências da Comissão. Reafirmo, assim, meu compromisso com o exercício responsável da representação discente, compreendendo-a como instrumento de participação democrática e de articulação entre os estudantes e as instâncias deliberativas da Universidade. Minha candidatura fundamenta-se na disposição de contribuir para o desenvolvimento institucional do curso, mediante uma atuação pautada pela seriedade, pelo diálogo e pela defesa dos interesses coletivos do corpo discente. Por ser expressão dos compromissos assumidos no âmbito desta candidatura, firmo a presente manifestação para os devidos fins. Júlio César Santana Cruz

Nome do/a candidato/a:	*Representante docente no/a:*	*Manifestação de Compromissos (por ordem de inscrição):*
Aline Leves	na Comissão Local de Pesquisa	Candidatura à Representação Docente na Comissão Local de Pesquisa (CLP) Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) – Campus São Borja/RS Apresento minha candidatura à representação docente na Comissão Local de Pesquisa (CLP) da UNIPAMPA - Campus São Borja/RS, reafirmando meu compromisso com o fortalecimento da pesquisa científica, a valorização da produção do conhecimento e a consolidação de uma universidade pública, democrática, inclusiva e socialmente referenciada. Caso eleita, comprometo-me a exercer uma representação ética, participativa, transparente e colaborativa, pautada pelo diálogo permanente com a comunidade acadêmica e pela defesa das condições necessárias ao desenvolvimento da pesquisa. Minha atuação estará orientada pelos seguintes compromissos: * Fortalecer a pesquisa científica, incentivando projetos, grupos de pesquisa e iniciativas interdisciplinares que valorizem a diversidade das áreas do conhecimento; * Valorizar a iniciação científica, estimulando a participação de estudantes de graduação e pós-graduação em projetos, programas de bolsas e atividades de formação científica; * Democratizar o acesso às oportunidades de pesquisa, contribuindo para a ampla divulgação de editais, programas de fomento e possibilidades de financiamento; * Promover a integração entre ensino, pesquisa, extensão e inovação, incentivando parcerias e redes de cooperação acadêmica; * Incentivar a produção e a divulgação científica, valorizando publicações, eventos e iniciativas que ampliem a visibilidade das pesquisas desenvolvidas no Campus; * Avaliar/homologar com celeridade os Projetos e Relatórios de Pesquisa no SAP/GURI; * Defender uma representação democrática e transparente, assegurando a escuta das demandas docentes e a construção coletiva de propostas e encaminhamentos institucionais. Reafirmo, por fim, meu compromisso com uma pesquisa científica ética, plural, interdisciplinar, socialmente comprometida e conectada aos desafios da região fronteiriça, contribuindo para o fortalecimento institucional e a excelência acadêmica da UNIPAMPA. Profa. Dra. Aline Michele Pedron Leves Docente do Curso de Direito – UNIPAMPA, Campus São Borja/RS

Nome do/a candidato/a:	*Representante técnico-administrativo no/a:*	*Manifestação de Compromissos (por ordem de inscrição):*
Alex Sander Barcelos Retamoso	Comissão Local de Pesquisa	MANIFESTAÇÃO DE COMPROMISSOS (Atendimento ao art. 13 da Resolução nº 09/2010/CONSUNI) 1. IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO Nome Completo: Alex Sander Barcelos Retamoso Segmento: Técnico-Administrativo em Educação 2. PLANO E COMPROMISSOS DE REPRESENTAÇÃO Em conformidade com as normas institucionais da UNIPAMPA, declaro formalmente meus compromissos para o exercício da função de representação junto ao órgão colegiado: Assiduidade e Compromisso: Participar ativamente de todas as reuniões ordinárias e extraordinárias convocadas, garantindo a presença e a voz da categoria representada. Transparência e Comunicação: Manter canal aberto de diálogo com os pares, divulgando previamente as pautas em discussão e prestando contas das decisões e deliberações adotadas. Defesa da Educação Pública: Atuar de forma alinhada aos princípios éticos, ao interesse coletivo, à autonomia universitária e ao fortalecimento do ensino, pesquisa e extensão na UNIPAMPA - Campus São Borja. Responsabilidade Institucional: Cumprir e fazer cumprir o Regimento Geral, o Estatuto e as resoluções vigentes da instituição.
Sócrates Pereira de Souza	Comissão do Curso de Relações Públicas	Atesto a minha manifestação de compromisso.
Sócrates Pereira de Souza	Comissão Local de Ensino	Manifesto o meu efetivo compromisso (atuação), junto à respectiva Comissão (CLE-SB).
Sócrates Pereira de Souza	Comissão do Curso de Comunicação Social - Publicidade e Propaganda	Manifesto a minha condição em participar da comissão.
Rafael Machado da Silva	Conselho de *Campus*	Venho manifestar meu compromisso de representar os servidores Técnico-Administrativos em Educação (TAEs) junto ao Conselho do Campus São Borja, exercendo a função com responsabilidade, ética, transparência e respeito aos princípios da Universidade. Comprometo-me a participar ativamente das discussões e deliberações do Conselho, contribuindo para o fortalecimento do Campus e para o aprimoramento das condições de trabalho dos servidores. Assumo, ainda, o compromisso de ouvir, acolher e encaminhar as demandas dos TAEs, buscando sua representação de forma responsável junto à gestão do Campus São Borja e às instâncias da UNIPAMPA, sempre pautado pelo diálogo, pela defesa do interesse coletivo e pelo compromisso com a comunidade universitária. Meu propósito é exercer uma representação participativa, responsável e comprometida, contribuindo para que a voz dos servidores Técnico-Administrativos esteja presente nas decisões que envolvem o Campus e a Universidade.
Manoel Eduardo Vieira da Fonseca	Comissão do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas, Comissão do Curso de Serviço Social	Manifesto meu compromisso no caso de representação.
Tiago Rodrigues Moura	Comissão do Curso de Direito, Conselho de *Campus*	MANIFESTO COMPROMISSO COM A REPRESENTAÇÃO NAS COMISSÕES.

Plano de gestão da Coordenação do Curso de Publicidade e Propaganda 2027-2028

IDENTIFICAÇÃO DE PROPONENTES:

Coordenadora: Aline Amaral Paz
SIAPE: 1365643
Telefone: (55) 984339566
E-mail: alinepaz@unipampa.edu.br

Coordenador substituto: João Antônio Pereira Gomes
SIAPE: 1433556
Telefone: 55 991132303
E-mail: joaopereira@unipampa.edu.br

PROPOSTA PROGRAMÁTICA

Apresentamos nossa proposta programática para a Coordenação do Curso de Publicidade e Propaganda da Universidade Federal do Pampa, Campus São Borja, reafirmando o compromisso realizado pela gestão anterior, com uma gestão democrática, participativa, transparente e comprometida com a qualidade da formação acadêmica.

Compreendemos a coordenação como um espaço de articulação entre docentes, técnicos-administrativos, estudantes, instâncias institucionais e comunidade externa. Mais do que uma função administrativa burocrática, coordenar um curso significa trabalhar com pessoas e forma colaborativa no processo de construir condições para o desenvolvimento do ensino, da pesquisa, da extensão junto com a criatividade e inovação, considerando os desafios contemporâneos da comunicação e as especificidades da formação em Publicidade e Propaganda.

Nossa proposta parte de três princípios fundamentais — diálogo, transparência e coletividade — e busca fortalecer o curso por meio da escuta da comunidade acadêmica, da organização dos processos institucionais, do acompanhamento das demandas formativas e da valorização das potencialidades construídas de forma coletiva, valorizando as pessoas.

Eixos de atuação

Eixo 1 — Gestão democrática, diálogo e transparência

- Seguir com o trabalho de fortalecimento de canais de comunicação entre a coordenação, os docentes, os técnicos-administrativos e os estudantes.
- Dar transparência aos encaminhamentos, às decisões e às informações de interesse coletivo, observadas as normas institucionais.

- Conduzir a gestão com responsabilidade, ética, diálogo e respeito à pluralidade de ideias.

Eixo 2 — Qualidade acadêmica e fortalecimento do projeto pedagógico

- Acompanhar a implementação do Projeto Pedagógico do Curso (PPC), incentivando sua avaliação permanente e seu aprimoramento coletivo.
- Estimular a integração entre componentes curriculares, práticas profissionais e projetos interdisciplinares.
- Incentivar a reflexão sobre as transformações do campo publicitário, incluindo as tecnologias digitais, a diversidade, a ética e novas dinâmicas.
- Contribuir para o fortalecimento da identidade do curso e para a atualização permanente de sua proposta pedagógica .

Eixo 3 — Valorização de docentes, técnicos e estudantes enquanto pessoas

- Construir uma gestão de pessoas com uma abordagem holística, orientada pela colaboração e pelo reconhecimento do trabalho desenvolvido pelos diferentes segmentos da comunidade acadêmica.
- Incentivar a participação estudantil nos espaços de representação e decisão do curso.
- Articular, junto às instâncias responsáveis, o encaminhamento das demandas que ultrapassem a competência direta da coordenação.

Eixo 4 — Visibilidade, inserção regional e valorização da profissão

- Ampliar a divulgação das atividades, dos projetos e das produções do curso, fortalecendo sua presença institucional e comunitária.
- Estimular a aproximação com profissionais, egressos, organizações e instituições do campo da comunicação e da publicidade.
- Valorizar a contribuição da Publicidade e Propaganda para o desenvolvimento regional, a economia criativa, a cultura e a transformação social.
- Contribuir para que os egressos tenham trabalho e renda por sua atuação profissional.

Acompanhamento e avaliação

A proposta será desenvolvida considerando as prioridades identificadas junto à comunidade acadêmica, as atribuições da coordenação e as condições institucionais disponíveis.

Buscaremos estabelecer prioridades de atuação, acompanhar os encaminhamentos realizados e compartilhar informações sobre os avanços e os desafios encontrados ao longo da gestão. A avaliação contínua permitirá revisar estratégias e adequar ações às necessidades do curso e das pessoas que nele atuam.

Assumimos o compromisso de trabalhar por um curso participativo e integrado à Universidade e à sociedade. Entendemos que a qualidade da formação em Publicidade e Propaganda depende tanto da excelência acadêmica quanto das relações interpessoais que construímos, das oportunidades que ampliamos e da responsabilidade com que conduzimos os processos coletivos.

Nossa proposta é dar continuidade ao que foi construído valorizando a história do curso e seus atores, reconhecer os desafios existentes e avançar a partir do diálogo com a comunidade acadêmica.

Cronograma de ações:

Ações	**Periodicidade**	**Recurso**	**Observação**

PROPOSTA PROGRAMÁTICA PARA COORDENAÇÃO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

Gestão democrática, formação crítica, estágio supervisionado e permanência estudantil

Instituição: Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA)
Período de gestão: 24 meses
Finalidade: Candidatura à Coordenação do Curso de Serviço Social
Candidatos: Coordenador: Prof. Dr. Jorge Alexandre da Silva; Coordenador Substituto: Prof. Dr. José Wesley Ferreira

1. APRESENTAÇÃO

O presente Plano de Gestão apresenta as diretrizes, os objetivos, as metas e as estratégias de atuação para a Coordenação do Curso de Serviço Social durante o período de 24 meses. Sua elaboração parte do reconhecimento de que a coordenação constitui uma instância fundamental da organização acadêmica, da articulação pedagógica e da construção coletiva das condições necessárias à formação profissional.

A proposta compreende a gestão universitária para além de sua dimensão técnico-administrativa. Embora a organização dos processos acadêmicos, o cumprimento das normas institucionais e o acompanhamento dos indicadores educacionais sejam atribuições indispensáveis, entende-se que a coordenação também participa da construção das condições políticas, pedagógicas e institucionais que orientam a formação profissional.

Em uma universidade pública, essa responsabilidade assume particular importância diante dos desafios relacionados ao financiamento da educação superior, às condições de trabalho docente, à democratização do acesso ao conhecimento, à permanência estudantil e à defesa da autonomia universitária.

No âmbito do Serviço Social, tais desafios devem ser enfrentados a partir da compreensão da formação profissional como processo histórico e social, articulado às transformações do capitalismo, às relações entre Estado e sociedade civil, às políticas sociais, às desigualdades de classe, raça e gênero e às expressões contemporâneas da questão social.

O plano reafirma, portanto, o compromisso com o projeto ético-político profissional do Serviço Social brasileiro, com a defesa dos direitos sociais, da democracia, da liberdade, da justiça social e da emancipação humana. Reconhece, igualmente, que

a qualidade da formação não pode ser reduzida à adaptação imediata às exigências do mercado de trabalho, devendo assegurar sólida fundamentação teórico-metodológica, competência técnico-operativa e direção ético-política.

A gestão proposta será democrática, transparente, participativa e comprometida com a construção coletiva das decisões. Terá como prioridades quatro eixos estratégicos: gestão democrática; formação profissional crítica; qualificação do estágio supervisionado; e permanência estudantil.

Esses eixos serão desenvolvidos de forma integrada, respeitando as competências da coordenação, do colegiado, das pró-reitorias e das demais instâncias da universidade.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-POLÍTICA

A concepção de gestão que orienta esta candidatura compreende a universidade pública como espaço de produção e socialização do conhecimento, de formação humana e profissional e de participação na vida democrática.

No Serviço Social, a gestão acadêmica deve estar vinculada à direção social da formação profissional construída historicamente pela categoria, especialmente a partir do movimento de renovação da profissão e da consolidação de uma perspectiva crítica, comprometida com a crítica da economia política e o enfrentamento à condição de proletariedade.

As Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social da ABEPSS, aprovadas em 1996, constituem referência central para a organização da formação, ao enfatizarem a articulação das dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. A proposta curricular deve favorecer a apreensão crítica da realidade social e a compreensão do significado social da profissão.

A gestão do curso deverá, assim, contribuir para enfrentar a fragmentação curricular, o pragmatismo, o tecnicismo e as tendências de aligeiramento da formação. Deverá também fortalecer a integração entre ensino, pesquisa e extensão, reconhecendo a importância da produção de conhecimento e do diálogo com as demandas sociais.

No campo do estágio supervisionado, o plano adota como referências a Lei nº 11.788/2008, a Resolução CFESS nº 533/2008 e a Política Nacional de Estágio da ABEPSS, de 2010. O estágio será tratado como dimensão constitutiva da formação profissional, orientada pela articulação entre conhecimento teórico, investigação da realidade e intervenção profissional.

A permanência estudantil será compreendida como condição para a democratização efetiva da universidade. O acesso à educação superior não assegura, isoladamente,

o direito à formação: é necessário enfrentar barreiras materiais, pedagógicas, sociais e institucionais que dificultam a continuidade dos estudos.

Por fim, a gestão democrática será entendida como processo que envolve participação efetiva, circulação de informações, respeito à autonomia dos sujeitos acadêmicos, deliberação coletiva e responsabilização pelos encaminhamentos assumidos.

3. PRINCÍPIOS E COMPROMISSOS DA GESTÃO

A gestão será orientada pelos seguintes princípios:

3.1. Democracia e participação

Fortalecer os espaços colegiados, a representação estudantil e docente e os mecanismos de consulta, diálogo e prestação de contas.

3.2. Defesa da universidade pública

Contribuir para a valorização do ensino público, gratuito, laico, socialmente referenciado e comprometido com a produção autônoma do conhecimento.

3.3. Formação profissional crítica

Reafirmar o compromisso com uma formação capaz de apreender a realidade social a partir dos fundamentos ontológicos de constituição do ser social, e a crítica aos desdobramentos da “questão social”, ao processo de produção do capital , à crise estrutural do capital, à dominância financeira, ao modo de vida just in time, e à necessidade de construção de um projeto nacional.

3.4. Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão

Promover a integração das atividades acadêmicas e sua articulação com a realidade social.

3.5. Defesa do projeto ético-político do Serviço Social

Orientar as ações de gestão pelos princípios do Código de Ética Profissional, pela Lei de Regulamentação da Profissão e pelas diretrizes da formação profissional.

3.6. Permanência estudantil e equidade

Reconhecer as diferentes condições sociais dos estudantes e contribuir para a construção de respostas institucionais às barreiras que comprometem a formação.

3.7. Valorização do trabalho docente e das relações acadêmicas

Defender condições adequadas para o exercício das atividades de ensino, pesquisa, extensão, supervisão e orientação.

3.8. Transparência e avaliação permanente

Estabelecer metas, acompanhar resultados, socializar informações e revisar prioridades com base em avaliações periódicas.

4. OBJETIVOS

4.1. Objetivo geral

Conduzir uma gestão democrática, participativa e transparente da Coordenação do Curso de Serviço Social, comprometida com o fortalecimento da formação profissional crítica, a qualificação do estágio supervisionado, a permanência estudantil e a defesa do projeto ético-político do Serviço Social brasileiro em uma universidade pública.

4.2. Objetivos específicos

1. Fortalecer o colegiado do curso e os mecanismos de participação da comunidade acadêmica.
2. Aperfeiçoar os processos de planejamento, acompanhamento e avaliação acadêmica.
3. Promover o debate coletivo sobre a implementação e o aprimoramento do Projeto Pedagógico do Curso (PPC).
4. Incentivar a articulação entre os componentes curriculares e a integração entre ensino, pesquisa e extensão.
5. Qualificar o acompanhamento pedagógico e institucional do estágio supervisionado.
6. Ampliar o diálogo com supervisores acadêmicos, supervisores de campo e instituições concedentes de estágio.
7. Identificar fatores associados à evasão, à retenção e às dificuldades de integralização curricular.
8. Fortalecer a articulação com as políticas institucionais de assistência estudantil, acessibilidade e apoio pedagógico.
9. Estimular a participação de estudantes e docentes em atividades científicas, extensionistas e de formação profissional.
10. Consolidar uma cultura de avaliação participativa, planejamento e prestação de contas.

5. EIXOS ESTRATÉGICOS DE GESTÃO

EIXO I — GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA

Objetivo: fortalecer a coordenação como espaço de articulação acadêmica, diálogo institucional e construção coletiva das decisões.

Justificativa

A qualidade da gestão depende da existência de canais efetivos de participação e da capacidade de transformar demandas coletivas em planejamento, deliberações e ações concretas. A coordenação deverá atuar em articulação com o colegiado e com as demais instâncias institucionais, respeitando as atribuições e a autonomia de cada uma.

Ações propostas

1. Realizar, nos primeiros 90 dias, um diagnóstico das condições acadêmicas e administrativas do curso.
2. Elaborar, com a participação da comunidade acadêmica, um plano anual de trabalho da coordenação.
3. Organizar calendário semestral de reuniões do colegiado e das demais instâncias pertinentes.
4. Estabelecer mecanismos regulares de escuta dos estudantes e dos docentes.
5. Socializar pautas, atas, deliberações e encaminhamentos, observadas as normas institucionais.
6. Implantar um quadro de acompanhamento das demandas apresentadas à coordenação.
7. Promover reuniões periódicas com a representação estudantil.
8. Elaborar relatórios semestrais de atividades, metas e resultados.
9. Promover, ao final do primeiro ano, uma avaliação coletiva do andamento do plano.

Metas para os 24 meses

- Realizar diagnóstico institucional e acadêmico nos primeiros 90 dias.
- Publicar dois planos anuais de trabalho ou instrumentos equivalentes, conforme o calendário institucional.
- Cumprir pelo menos 90% das reuniões ordinárias previstas no calendário aprovado.
- Produzir quatro relatórios trimestrais de acompanhamento por ano, totalizando oito durante o mandato.
- Registrar e acompanhar 100% das demandas formalmente recebidas pela coordenação, com indicação de encaminhamento e situação.

- Realizar pelo menos quatro reuniões anuais de escuta e diálogo com a representação estudantil e os segmentos acadêmicos.

Indicadores

- Percentual de reuniões realizadas em relação às previstas.
- Número de participantes nas atividades de diálogo.
- Percentual de demandas registradas e encaminhadas.
- Percentual de relatórios publicados no prazo.
- Percentual de encaminhamentos concluídos ou com justificativa formal para sua pendência.

EIXO II — FORMAÇÃO PROFISSIONAL CRÍTICA E QUALIDADE ACADÊMICA

Objetivo: fortalecer a direção crítica da formação profissional e promover a avaliação coletiva do Projeto Pedagógico do Curso.

Justificativa

A formação em Serviço Social exige domínio dos fundamentos históricos, teórico-metodológicos e ético-políticos da profissão, capacidade investigativa e competência para analisar as relações sociais e as expressões da questão social.

A coordenação deverá favorecer a articulação curricular e a construção de estratégias pedagógicas que relacionem os conteúdos acadêmicos à realidade brasileira, às políticas sociais e aos espaços sócio-ocupacionais do Serviço Social.

Ações propostas

1. Realizar diagnóstico da implementação do PPC, identificando potencialidades, lacunas e necessidades de atualização.
2. Promover reuniões pedagógicas para discutir a integração entre os componentes curriculares.
3. Estimular a integração entre disciplinas, estágio, pesquisa, extensão e trabalho de conclusão de curso.
4. Promover seminários e jornadas acadêmicas sobre os desafios contemporâneos da profissão.
5. Incentivar a participação estudantil em grupos de pesquisa, iniciação científica, extensão e eventos.
6. Fortalecer o diálogo entre graduação e pós-graduação.
7. Acompanhar, em articulação com os docentes e as instâncias responsáveis, os indicadores de retenção e desempenho acadêmico.
8. Discutir coletivamente eventuais necessidades de atualização curricular.
9. Encaminhar propostas de alteração do PPC às instâncias competentes, quando necessário.

Metas para os 24 meses

- Realizar o diagnóstico do PPC junto ao Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso e a Comissão de Curso.
- Promover, no mínimo, duas atividades acadêmicas integradoras por semestre.
- Elaborar, até o décimo segundo mês, uma síntese das propostas de aperfeiçoamento curricular.
- Acompanhar semestralmente os indicadores de integralização curricular, retenção e participação em atividades acadêmicas.
- Encaminhar propostas de aprimoramento curricular às instâncias competentes até o final do mandato, quando a avaliação coletiva indicar essa necessidade.

Indicadores

- Diagnóstico do PPC concluído.
- Número de reuniões pedagógicas e atividades integradoras realizadas.
- Participação de estudantes e docentes nas atividades.
- Número de propostas curriculares discutidas e encaminhadas.
- Evolução dos indicadores de retenção e integralização curricular, considerados os dados de referência do início da gestão.

EIXO III — QUALIFICAÇÃO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Objetivo: fortalecer o estágio supervisionado como dimensão fundamental da formação, assegurando condições pedagógicas, éticas e institucionais adequadas ao processo de supervisão.

Justificativa

O estágio supervisionado constitui momento privilegiado de articulação entre formação acadêmica, investigação da realidade e exercício profissional. Sua qualidade depende da relação entre supervisão acadêmica e supervisão de campo, do acompanhamento sistemático dos estudantes e da observância das normativas profissionais e educacionais.

A coordenação de Curso deverá contribuir com a Coordenação de Estágio para que o estágio não seja reduzido à execução de tarefas institucionais, mas se constitua em processo formativo orientado pela análise crítica das relações sociais, das políticas públicas, das condições de trabalho e das atribuições profissionais.

Ações propostas

1. Qualificar em articulação com a coordenação de estágio e os docentes responsáveis, os fluxos de documentação, acompanhamento e avaliação.

2. Contribuir na organização das atividades de formação continuada para supervisores, conforme as necessidades identificadas.
3. Fortalecer a articulação entre estágio, componentes curriculares e pesquisa.
4. Desenvolver estratégias para o enfrentamento coletivo de dificuldades relacionadas à oferta de campos de estágio.
5. Acompanhar as condições éticas e pedagógicas dos campos, com encaminhamento das situações às instâncias competentes.
6. Promover debates sobre a dimensão investigativa, a sistematização da prática e a relação entre teoria e intervenção profissional.
7. Fortalecer o diálogo com o CRESS referente ao estágio e a formação profissional.
8. Examinar a necessidade de atualização da política institucional de estágio, conforme as normas aplicáveis e as demandas concretas do Curso.

Metas para os 24 meses

- Realizar pelo menos duas reuniões anuais com a coordenação de estágio e os supervisores acadêmicos e de campo.
- Promover, no mínimo, uma atividade anual de formação ou debate sobre supervisão de estágio.
- Encaminhar formalmente 100% das situações identificadas que exijam providências institucionais.

Indicadores

- Percentual de campos de estágio com documentação atualizada.
- Número de reuniões com a coordenação de estágio e supervisores realizadas.
- Número de atividades de formação promovidas.
- Número de situações identificadas, encaminhadas e resolvidas.
- Avaliação dos estudantes e supervisores sobre o processo de estágio.

EIXO IV — PERMANÊNCIA ESTUDANTIL E DEMOCRATIZAÇÃO DA FORMAÇÃO

Objetivo: contribuir para a permanência qualificada dos estudantes, enfrentando obstáculos sociais, econômicos, pedagógicos e institucionais que comprometem a conclusão do curso.

Justificativa

A democratização do ensino superior exige condições efetivas para que os estudantes ingressem, permaneçam e concluam sua formação. As dificuldades relacionadas à renda, ao trabalho remunerado, à moradia, ao transporte, à

alimentação, à acessibilidade e à organização dos estudos podem interferir diretamente na trajetória acadêmica.

A coordenação não substitui os órgãos responsáveis pela assistência estudantil, mas possui papel estratégico na identificação de demandas, no acolhimento, na orientação acadêmica e na articulação com os setores competentes.

Ações propostas

1. Realizar levantamento dos indicadores de evasão, retenção, trancamento e integralização curricular.
2. Identificar, por meio de escuta institucional e respeitando a privacidade, os principais obstáculos à continuidade dos estudos.
3. Fortalecer o acolhimento aos ingressantes e a divulgação dos serviços de apoio existentes.
4. Estabelecer fluxo de encaminhamento para assistência estudantil, acessibilidade, apoio pedagógico e demais serviços universitários.
5. Promover atividades de orientação acadêmica e planejamento dos percursos curriculares.
6. Acompanhar situações de dificuldade de integralização e orientar os estudantes quanto às alternativas previstas nas normas institucionais.
7. Promover ações de combate ao racismo, ao sexismo, à LGBTfobia, ao capacitismo e a outras formas de discriminação.
8. Incentivar o diálogo com centros e diretórios acadêmicos e com as representações estudantis.
9. Articular com os setores responsáveis a identificação de demandas relacionadas à alimentação, transporte, moradia, bolsas e acessibilidade.
10. Avaliar semestralmente os resultados das ações de acolhimento e acompanhamento.

Metas para os 24 meses

- Elaborar diagnóstico dos indicadores de permanência e evasão.
- Realizar atividades de acolhimento em todos os semestres letivos.
- Divulgar, semestralmente, os serviços e as políticas institucionais de apoio estudantil.
- Registrar e encaminhar 100% das demandas formalmente apresentadas à coordenação que exijam atuação de outros setores.
- Desenvolver pelo menos uma atividade anual sobre direitos estudantis, inclusão e permanência.

Indicadores

- Taxas semestrais de evasão, retenção e trancamento.

- Número de estudantes participantes das ações de acolhimento.
- Número de demandas encaminhadas aos serviços de apoio.
- Percentual de demandas com encaminhamento registrado.
- Número de atividades de inclusão e permanência realizadas.
- Evolução da taxa de evasão em relação à linha de base.

A meta de redução da evasão deverá ser interpretada com cautela, considerando o tamanho das turmas, o perfil de ingresso, as condições socioeconômicas e os fatores que extrapolam a governabilidade da coordenação.

6. METODOLOGIA DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

O acompanhamento do plano será desenvolvido de maneira contínua, participativa e transparente.

6.1. Diagnóstico inicial

Nos primeiros 90 dias, serão reunidas informações sobre organização acadêmica, funcionamento do colegiado, implementação do PPC, estágio supervisionado, permanência estudantil e principais demandas institucionais.

6.2. Definição da linha de base

Os indicadores quantitativos serão calculados a partir dos dados institucionais disponíveis, priorizando séries históricas comparáveis. Quando não houver informação suficiente, será estabelecida uma linha de base durante o primeiro semestre.

6.3. Acompanhamento trimestral

A coordenação sistematizará as ações realizadas, os prazos cumpridos, as demandas pendentes e as providências necessárias.

6.4. Avaliação semestral

Ao final de cada semestre, será realizada avaliação das metas, preferencialmente com participação de estudantes, docentes e demais segmentos pertinentes.

6.5. Relatório anual e avaliação final

Ao final de cada ano, será apresentado relatório de gestão. No encerramento do mandato, será produzido documento final com resultados alcançados, limitações identificadas e recomendações para a continuidade das ações.

A avaliação deverá considerar os resultados quantitativos e qualitativos, evitando atribuir exclusivamente à coordenação responsabilidades relacionadas a orçamento, assistência estudantil, contratação de pessoal ou decisões que dependam de outras instâncias.

7. ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL E VIABILIDADE

A implementação deste plano pressupõe articulação permanente com:

- Colegiado do Curso de Serviço Social.
- Coordenação acadêmica.
- Representações estudantis.
- Docentes e supervisores acadêmicos.
- Supervisores de campo e instituições concedentes de estágio.
- Pró-reitorias de graduação, extensão, pesquisa e assistência estudantil.
- Setores institucionais de acessibilidade, apoio pedagógico e acompanhamento acadêmico.
- CRESS de referência e ABEPSS, respeitadas as atribuições de cada entidade.

A execução das ações será orientada pela racionalização dos recursos existentes, pela utilização dos instrumentos institucionais disponíveis e pela apresentação fundamentada das demandas que exigirem recursos adicionais.

Quando a realização de uma meta depender de decisão externa à coordenação, caberá à gestão formalizar a demanda, acompanhar sua tramitação, prestar informações à comunidade acadêmica e buscar alternativas institucionalmente viáveis.

8. FUNDAMENTAÇÃO NORMATIVA

O plano será desenvolvido em consonância com o ordenamento jurídico brasileiro e com as normas acadêmicas e profissionais pertinentes, especialmente:

Constituição Federal de 1988. Estabelece a educação como direito social e prevê, no artigo 207, a autonomia universitária e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Lei nº 9.394/1996 — Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Dispõe sobre a organização da educação brasileira e estabelece princípios e diretrizes para a educação superior.

Lei nº 8.662/1993. Regulamenta a profissão de assistente social e define competências e atribuições profissionais.

Código de Ética Profissional do/a Assistente Social. Aprovado pela Resolução CFESS nº 273/1993, constitui referência ética para a defesa da liberdade, da democracia, dos direitos humanos e da justiça social.

Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social da ABEPSS, de 1996. Constituem referência político-pedagógica para a formação profissional crítica e para a articulação das dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa.

Parecer CNE/CES nº 492/2001 e Resolução CNE/CES nº 15/2002. Integram o marco regulatório das diretrizes curriculares nacionais para o curso de Serviço Social.

Lei nº 11.788/2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes e estabelece parâmetros legais para sua realização.

Resolução CFESS nº 533/2008. Regulamenta a supervisão direta de estágio no Serviço Social.

Política Nacional de Estágio da ABEPSS, de 2010. Apresenta orientações político-pedagógicas para o estágio supervisionado, enfatizando sua importância na formação profissional.

Normas institucionais da universidade. Incluem estatuto, regimento geral, regulamentos acadêmicos, normas de estágio, políticas de assistência estudantil e demais atos aplicáveis ao curso.

A aplicação dessas referências deverá observar eventuais atualizações normativas, as regras específicas da instituição e as competências das instâncias responsáveis.

9. RESULTADOS ESPERADOS

Ao final dos 24 meses, espera-se alcançar:

1. Uma coordenação organizada a partir de planejamento, transparência e acompanhamento sistemático das ações.
2. Maior participação dos segmentos acadêmicos nos processos de discussão e deliberação.
3. Diagnóstico atualizado do PPC e encaminhamento de propostas de aprimoramento curricular.
4. Maior articulação entre os componentes curriculares e as atividades de ensino, pesquisa e extensão.
5. Processos de estágio supervisionado mais sistematizados, com acompanhamento dos campos e fortalecimento do diálogo com supervisores.
6. Melhoria dos fluxos de orientação e encaminhamento das demandas estudantis.

7. Acompanhamento periódico dos indicadores de evasão, retenção e integralização curricular.
8. Fortalecimento da interlocução com as instâncias universitárias e com as entidades profissionais.
9. Consolidação de uma cultura de avaliação participativa e continuidade administrativa.
10. Reafirmação do compromisso do curso com a universidade pública, a formação crítica e o projeto ético-político do Serviço Social.

10. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A candidatura à Coordenação do Curso de Serviço Social assume o compromisso de desenvolver uma gestão democrática, responsável e comprometida com a qualidade da formação profissional.

Os desafios acadêmicos e institucionais não podem ser enfrentados por iniciativas isoladas ou exclusivamente administrativas. Exigem participação, planejamento coletivo, análise crítica da realidade universitária e capacidade de articulação entre os diferentes sujeitos envolvidos na formação.

A defesa da formação crítica, a qualificação do estágio supervisionado, a permanência estudantil e o fortalecimento da gestão democrática constituem prioridades indissociáveis. Sua concretização requer tanto a atuação responsável da coordenação quanto o compromisso coletivo da comunidade acadêmica e o apoio das instâncias institucionais.

Reafirma-se, assim, a compreensão de que a formação profissional em Serviço Social deve contribuir para a apreensão crítica da realidade social e para a construção de respostas profissionais qualificadas às expressões da questão social, em consonância com os princípios éticos da profissão e com a defesa dos direitos da classe trabalhadora.

A gestão proposta pretende ser construída com diálogo, transparência, responsabilidade pública e respeito à autonomia universitária, estabelecendo condições para que o curso avance em seus objetivos acadêmicos e em sua contribuição social.

São Borja, 21 de outubro de 2026.

Prof. Dr. Jorge Alexandre da Silva

Prof. Dr. José Wesley Ferreira

Candidatos à Coordenação do Curso de Serviço Social

REFERÊNCIAS

ABEPSS — ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. *Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social*. Rio de Janeiro: ABEPSS, 1996.

ABEPSS — ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. *Política Nacional de Estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social*. Brasília: ABEPSS, 2010.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993. Dispõe sobre a profissão de assistente social e dá outras providências. Brasília, DF, 1993.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996.

BRASIL. Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes. Brasília, DF, 2008.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Parecer CNE/CES nº 492, de 3 de abril de 2001. Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de graduação, incluindo Serviço Social. Brasília, DF, 2001.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução CNE/CES nº 15, de 13 de março de 2002. Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social. Brasília, DF, 2002.

CFESS — CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. *Código de Ética Profissional do/a Assistente Social*. Aprovado pela Resolução CFESS nº 273, de 13 de março de 1993. Brasília, DF: CFESS, 1993.

CFESS — CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Resolução CFESS nº 533, de 29 de setembro de 2008. Regulamenta a supervisão direta de estágio no Serviço Social. Brasília, DF: CFESS, 2008.

Manifestação de Compromisso – Representante Discente

Curso de Ciências Sociais – Ciência Política – UNIPAMPA/São Borja

Eu, Endriw Siqueira Martins, estudante regularmente matriculado no curso de Ciências Sociais – Ciência Política da Universidade Federal do Pampa – Campus São Borja, venho, por meio deste manifesto, expressar meu compromisso e disposição em representar meus colegas de forma ética, participativa e responsável nos espaços institucionais de escuta e decisão.

Compreendo que a função de representante discente na Comissão do Curso de Ciências Sociais – Ciência Política vai além da mediação de demandas. É um papel de construção coletiva, diálogo e fortalecimento da participação estudantil, contribuindo para melhorias na formação, na vivência acadêmica e na representatividade dos estudantes dentro da universidade.

Assumo o compromisso de:

- Ouvir e acolher as pautas e necessidades da turma com respeito, responsabilidade e sensibilidade;
- Representar os interesses dos estudantes com transparência e dedicação;
- Manter um diálogo aberto com a turma, buscando construir soluções de forma coletiva e democrática.

gov.br
Documento assinado digitalmente
ENDRIW SIQUEIRA MARTINS
Data: 01/09/2026 10:24:45-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Endriw Siqueira Martins
Candidato a Representante Discente
Comissão do Curso de Ciências Sociais – Ciência Política
UNIPAMPA – Campus São Borja